



# Anais da Assembléia

Nº 58

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacii, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestos Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelse Crisóstomo, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofício:

Sob o número 30/80, do Senhor LUIZ JOSÉ TONINI, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, encaminhando Proposição do Primeiro Suplente de Vereador BOLIVAR JOSÉ RIZZI, solicitando encaminhamento de ofícios aos Órgãos Superiores da Agricultura como: SECRETARIA DA AGRICULTURA, MINISTRO DA AGRICULTURA, COMISSÕES DE AGRICULTURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA e CÂMARA FEDERAL, solicitando que se tome iniciativas com respeito ao preço dos suínos e de seus produtos derivados, visto que o preço dos suínos baixaram em Cr\$ 5,00 por quilo e o preço de seus derivados permaneceram no mesmo ou até aumentaram.

Por outro lado, queremos esclarecer mais, que não podemos permanecer inertes diante de tais aberrações, pois nosso município depende muito da economia suinícola. Lembramos ainda, que se os produtos oriundos da suinocultura permanecesse, ou melhor, oscilassem de acordo com o preço da matéria prima, encontraríamos lenitivo para tal, porém não podemos nos calar diante de absurdos que vemos a todos os dias, pois cada vez que compramos produtos desses, temos preços novos, de uma semana para outra.—

Ciente. Arquite-se.

## EMENDA:

## EMENDA SUBSTITUTIVA

ao Projeto de Lei n.º 39/80

Art. 1.º — Fica criado o Município de Figueira, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Curitiba e Sappema, e divisas seguintes:

“Inicia em um ponto situado na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras: sobe por este até a nascente, daí segue por linha seca rumo Noroeste até encontrar o divisor de águas constituído pela Serra Grande ao longo do qual segue rumo norte até encontrar a estrada de Sappema à Congonhas. Daí segue rumo norte até encontrar o Córrego do Veado, pelo qual desce até sua foz no Rio Laranjinha subindo por este até o ponto em que recebe o Rio Alecrim; subindo por este até a foz do Arroio da Casa da Pedra, pelo qual sobe até sua nascente, seguindo por linha seca rumo Oeste-Noroeste até a nascente do afluente do Arroio da Esperança pelo qual se desce até a sua foz; sobe-se o Arroio da Esperança até a nascente seguindo depois por linha seca rumo norte até encontrar a nascente do Ribeirão Areia Branca, ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) PALÁCIOS.

## JUSTIFICATIVA:

— Com o substitutivo geral, estamos alterando as divisas do projeto originário que cria o Município de Figueira, fazendo com que, do mesmo seja excluída a área a ser desmembrada pertencente ao Município de Ibaiti.

A área onde se situa o Distrito de Euzébio de Oliveira, representa importante fator econômico para o Município de Ibaiti, e a sua incorporação ao Município de Figueira a ser criado, traria uma tal defazagem que ocasionará sérios transtornos à administração municipal.

Região de pastagens e onde atualmente se pretende instalar duas destilarias de álcool, importa em fator de grande desenvolvimento à comunidade ibaitense.

Com isso estamos apresentando a presente Emenda Substitutiva a fim de que não haja qualquer empecilho na aprovação da Proposição que visa a criação do Município de Figueira, com o que estamos de pleno acordo.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de JOANA FONSECA DE SIQUEIRA, ocorrido sábado em Curitiba.

JOANA FONSECA DE SIQUEIRA, viúva do Sr. Adélio Paulino Siqueira, pertencia a tradicional família lapeana.

Era pessoa querida por todos que a conheciam, pois marcou sua passagem nesta vida pela grandeza de sua humildade.

A extinta deixou os filhos Anfrísio Siqueira e João Fonseca de Siqueira e vários netos. Anfrísio Siqueira é o Pre-

sidente da "Boca Maldita", figura respeitada nos meios sociais e esportivos do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

Apoiamento. - ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido na Cidade de Carlópolis, neste Estado, do Senhor ANÍSIO RODRIGUES DOS SANTOS.

O extinto era Vereador, residente a muito tempo no Município de Carlópolis.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade carlopolense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

REQUER ainda, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada, pela Câmara Municipal de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido na Cidade de Ribeirão do Pinhal, neste Estado, do Senhor JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA "JOÃO AMARAL".

Tal passamento consternou profundamente a sociedade pinhalense, onde o mesmo era um líder político e um dos fundadores da cidade e tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

REQUER ainda, que do conhecimento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora GALVIRA BITTENCOURT PINTO, ocorrido no dia primeiro último, naquele Município de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. ANTÔNIO ALVES PINTO - Rua Major Sezino, n.º 538 - Araucária.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) CARLOS ZANLORENZI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, de um voto de aplausos à jovem SORAYA DE SOUZA COSTA, Miss Curitiba, eleita no sábado próximo passado, MISS PARANÁ DE 1980.

Soraya, uma bela jovem, ganhou com todos os méritos,

pois realmente mereceu o título conquistado, devendo representar com galhardia o nosso Estado no concurso nacional de Miss Brasil. A mulher paranaense está de parabéns.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) MÁRIO CELSO

Apoiamento. - José Tavares

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, suspensão da sessão do próximo dia 6, para que neste dia se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Líder do PDS

RENATO BERNARDI - Líder do PMDB

DÁCIO LEONEL - Líder do PP

ADALBERTO DAROS - Líder do PTB

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 14/80, de sua autoria que visa alterar divisas nos Distritos de Umuarama, aprovado em 3a. discussão sem emendas.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando do mesmo a instalação de CIRETRAN nos Municípios de Araucária, Lapa e Campo Largo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1980

(a) CARLOS ZANLORENZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em virtude do grande número de processos provenientes destes municípios, e, visando beneficiar e facilitar os usuários deste serviço que não teriam a necessidade de se deslocarem até Curitiba e de contratarem serviços de intermediários.

Concretizada essa medida decorreria uma diminuição de custos e de tempo normalmente gastos para a obtenção destes documentos.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça solicitando a criação da Comarca de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) Carlos Zanlorenzi.

#### JUSTIFICATIVA.

A criação desta comarca viria beneficiar sobremaneira não só a população de Quitandinha como a dos municípios que viessem a fazer parte desta Comarca, uma vez que este município localiza-se numa região intermediária.

Assim sendo, ao invés de se deslocar a São José dos Pinhais ou a Rio Negro, os municípios circunvizinhos seriam beneficiados com o encurtamento da distância e facilidade de acesso.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja incluída a estrada que liga os Municípios de São Joaquim a Florestópolis, no Plano Estadual de Asfaltamento.

A presente solicitação se prende às dificuldades apresentadas principalmente na época de grandes chuvas que impedem o tráfego dos veículos que a utilizam.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao DD. Superintendente da SUREHMA, Armando de Oliveira Strambi, solicitando daquele órgão, estudos de apoio técnico e financeiro à Associação Centro Oeste de Proteção ao Meio Ambiente - ACOPA, com sede no Município de Campo Mourão.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à Câmara de Vereadores e ao Presidente da Associação em tela, Dr. João Carlos Flores, no seguinte endereço: Rua Edmundo Mercer 1409 - Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) DARCY DEITOS.

## JUSTIFICATIVA:

Pretende a Associação Centro Oeste de Proteção ao Meio Ambiente - ACOPA -, proteger principalmente as Cabeceiras do Rio do Campo, cujo volume de água está cada vez mais diminuindo, enquanto aumenta a sua poluição pelos defensivos agrícolas, inseticidas e outros.

Documento nesse sentido já foi enviado à SUREHMA atendendo requerimento de José Fabri, Vereador daquele município.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de dispositivos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem, do Paraná, solicitando a inclusão da estrada que liga Barra do Jacaré a Jacarezinho, no programa de Rodovias vicinais, para que a mesma receba melhoramentos.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) PALÁCIOS.

## JUSTIFICATIVA:

A rodovia acima citada, para qual montamos a presente reivindicação, tem sua diretriz através de região de terras fértilíssimas, com grande produção agrícola, de café, arroz, feijão, milho, soja, trigo e cana de açúcar, cujos melhoramentos se justificam, pois além de atender escoamentos de safras agrícolas, interligará sede de dois progressistas municípios e tem alto alcance social, uma vez que é uma região agrícola com grande população rural e ainda terá em curto prazo a implantação de duas destilarias de álcool, de grande interesse à economia Nacional.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria da PR-218, trecho Ribeirão do Pinhal, Jundiá do Sul BR-153, Guapirama, através do programa BID-2, cujos serviços se encontram paralisados por falta de verbas.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) PALÁCIOS.

## JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão, com excessão feita ao trecho acima citado, está totalmente pavimentada, e a continuidade das obras eliminaria neste trecho intermediário os inconvenientes da falta de pavimento, e interligaria os Municípios de Ribeirão do Pinhal - Jundiá do Sul e Guapirama, cujos benefícios dispensam citação, dado as características regionais onde, a agricultura, pecuária e a cana de açúcar, têm contribuído em grande escala para com a economia do Paraná.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Correio de Notícias, em sua edição de 1.º de junho do corrente.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980

(a) NESTOR BAPTISTA.

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 68/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Dá nova redação ao inciso I e III do Art. 52, parágrafo 1.º, do Art. 53, da Lei Complementar n.º 2, de 18.6.73.

(LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS)

Art. 52 - .....

I - Por enfermidade devidamente comprovada.

II - .....

III - Para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias e não superior a 90 (noventa) dias, o qual não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença e poderá a mesma ser prorrogada.

Art. 53 - .....

§ 1.º ) a) Convocar-se-á o suplente, pelo período de licença do titular mencionado no art. 52, inciso III.

b) Poderá ser convocado o suplente pelo período de licença, superior a 90 (noventa) dias, com laudo de perícia médica oficial, mencionada no Art. 52, inciso I, até o término da mesma.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1980.

(a) DEL CIEL.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna é no sentido de justificar requerimento que apresentamos na sessão de hoje, em cujo expediente solicitamos a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de aplauso ao Rotary Clube-Ponta Grossa Oeste de Ponta Grossa. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o

o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplausos ao Rotary Clube Ponta Grossa Oeste, da cidade de Ponta Grossa, tendo em vista a integração daquele clube de ensino na campanha contra a propaganda de fumo e bebidas alcoólicas através dos veículos de comunicação.

A iniciativa do Rotary Club Ponta Grossa Oeste, em expedir circular a milhares de clubes de serviço, pedindo a adesão dos mesmos à campanha, é outro fato que merece ser ressaltado, pois todos sabemos o que representa um Rotary Club dentro da sua comunidade, e como conseqüência, será mais uma força gigantesca e extraordinária na defesa da saúde do nosso povo, e em especial na defesa da juventude brasileira.

Pede-se que da decisão desta Casa sejam cientificados o Rotary Clube Ponta Grossa Oeste e a Câmara de Vereadores da cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL"

Este é o texto da notícia do jornal "Gazeta do Povo", com referência ao posicionamento do Rotary Clube-Ponta Grossa Oeste, que, inclusive nessa mobilização que se pretende fazer, de todos os Rotaryst Clubs do Brasil, indiscutivelmente é um fato que deve merecer também os cumprimentos desta Casa, através do voto de aplausos que solicitamos, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, e temos convicção de que, nesta caminhada, de soma em soma, de novas adesões que virão à esta campanha, haverá finalmente o povo, de convencer o Governo a especialmente a liderança do Partido Democrático Social no Congresso, que se houve de forma contrária aos interesses do povo, para que, definitivamente, se permita a aprovação de projeto de lei que proíba a divulgação de tais propagandas, através dos veículos de divulgação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, segundo orador inscrito.

Antes porém, solicito ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, que assuma a Primeira Secretaria.

Com a palavra, o Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar aqui um ofício e uma comunicação que recebi da Secretaria do Estado de Educação, e também da Inspeção de Ensino, Inspeção Municipal da Prefeitura de Almirante Tamandaré.

Diz respeito ao requerimento solicitado por este Deputado, no dia 11 de março de oitenta, desta tribuna.

Eu aqui vim para fazer algumas denúncias com respeito às irregularidades que estavam e algumas estão ocorrendo ainda, na Escola Municipal Lamenha Grande, no Município de Almirante Tamandaré.

E a Secretaria da Educação, depois de atender a nossa solicitação, enviou comunicação à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, já que essa escola é municipal, e está afeta então, ao comando do Sr. Prefeito Municipal.

Nós, posteriormente, recebemos também da Inspeção Municipal de Almirante Tamandaré, algumas explicações com respeito às nossas afirmações. Em primeiro lugar, nós declaramos aqui, desta tribuna, que a escola possui apenas duas salas de aula, e em uma delas estudam 75 alunos, 28 no período da manhã, e 47 no período da tarde. E a irregularidade, onde estava?

Que nesta sala de aula, existem apenas seis carteiras, e os alunos estavam sentando no chão para escrever e para estudar. E a resposta diz o seguinte: "Existe na Escola Lamenha Grande, desde 79, 21 carteiras escolares, dizendo que no início de:

se ano letivo foram enviadas mais 12 carteiras, portanto, 32. Diz aqui, que ainda não é o número ideal, pois devido ao grande aumento verificado em todas as escolas municipais e estaduais, no que diz respeito às matrículas efetuadas em Tamandaré, todas estão em carência, não só de carteiras, como de material humano, de professora. E, a preocupação principal da atual administração, é referente ao setor de ensino.

Na verdade, quando nós falamos aqui que existiam apenas seis carteiras, a verdade era essa; existiam somente seis carteiras. Depois apareceram mais, foram enviadas algumas carteiras que, segundo a própria afirmação da Inspeção de Ensino, não são suficientes.

Outro ponto levantado por mim, que embora existindo uma rede de energia elétrica em frente à escola, essa não possui iluminação, e no ano passado, alunos estudavam à noite com liquinho, o que é um absurdo. No início da formação moral do indivíduo, inclusive educacional, estudar com liquinho. E ela fala aqui, que eu abordei o problema energia elétrica, mas não verifiquei que a aludida escola tem seu funcionamento apenas no período diurno, e depois aqui, cabe uma incoerência, dizendo estar funcionando desde o dia 16 de março, o MOBREAL, no período noturno. Ora, se só tem diurno, como é que o MOBREAL dá aulas à noite naquela escola?

E diz aqui: "por determinação do próprio MOBREAL, as aulas ministradas durante à noite são feitas com o auxílio de liquinhos, distribuídos especialmente para esse fim. Aqui está a comprovação, de que realmente os alunos estudam à base de liquinho. É uma barbaridade, e alunos do MOBREAL. Que formação vai ter um aluno, desse tipo? Qual é a motivação desse aluno?

Outra afirmação que fiz é a de que não existe rede de água dificultando a limpeza do estabelecimento. Não existe poço artificial para matar a sede dos alunos, e os estudantes recorrem a bares próximos e aos vizinhos mesmo, já os estavam proibindo de recorrerem a esses bares.

E ela diz aqui: "O problema da água, já existe resposta da inspetora de ensino, já existe dentro da programação da municipalidade de Almirante Tamandaré, a previsão para, num curto espaço de tempo, ser construído um poço". Então, já está na previsão pelo menos, bem como a instalação hidráulica, necessária para suprir a falta que esse benefício faz à escola. Fala do sistema sanitário, a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, também preocupada com a saúde dos alunos referiu-se à parte de higiene, iniciará a construção de um sanitário com as divisões necessárias para suprir todas as necessidades da escola. O que existia no fundo da escola era um buraco feito em terra batida, sem escoamento, sem coisa alguma.

Então, era realmente um absurdo, e outras informações prestadas aqui, são verdadeiras aberrações.

Mas que, pelo menos, se resolva alguma coisa, e já ficamos satisfeitos.

E assina aqui, Floripa Perussi Novato, aliás, sobrenome bem conhecido, Perussi, inspetora auxiliar, o que significa que não é só em Guarapuava que tem parente não, em Almirante Tamandaré também tem, Floripa Perussi Novato.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Nestor Baptista.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Senador José Richa.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há aproximadamente três anos, a imprensa do Paraná sofreu um tremendo choque com o fechamento da Rádio Iguaçu. Depois de muitas pressões, de boicote, de muita violência

até, contra o proprietário daquela organização e, na oportunidade, mais de 30 famílias ficaram privadas de seus empregos, após a cassação do prefixo da Rádio Iguazu, de Curitiba.

Passaram-se quase três anos, Sr. Presidente, e aqueles que não se curvam, aqueles que não dizem "amém", aqueles que não se ajoelham, que não aceitam as benesses governamentais, ainda que resistam, são obrigados a sucumbir.

Lamentavelmente, tivemos ontem a última edição do jornal "Correio de Notícias", que vinha circulando já há quase três meses e com a apresentação digna de um bom jornal, dando um campo de trabalho muito grande aos profissionais, aos novos profissionais do jornalismo do Paraná, mas, por não ter se curvado, por dizer a verdade da Prefeitura, do Governo do Estado, dos Secretários, do Sr. Presidente da República, enfim, por ser um órgão que não aceitou as benesses do Governo, temporariamente sucumbiu.

Hoje, vários profissionais estão desempregados, várias famílias estão desempregadas, mas a linha do jornal manteve-se até o último dia, independente, e com uma crítica altamente construtiva, para aqueles que ainda têm coragem de falar em Abertura, possam pensar pelo menos um minuto, e ver que a mesma continua sendo uma tremenda mentira dentro deste País.

A Abertura, a mão estendida, as conversas do dia-a-dia na televisão, já não nos iludem mais, e tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo não vai mais agüentar este sucesso.

Não foi só o "Correio de Notícias" que fechou suas portas; foi uma grande parcela da população que deixou de ter um órgão independente, para ler todos os dias. Mas existem jornais de força neste Estado do Paraná, e que levarão avante a luta, que não é só do mundo jornalístico, mas de todos nós.

Por isto, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, na sessão de hoje, um requerimento que pede a transcrição, nos Anais desta Casa, do editorial de ontem, da última edição do jornal "Correio de Notícias", quando o mesmo denuncia o boicote, denuncia as pressões, denuncia que não se curvou, e vai voltar, quem sabe muito breve, com a imprensa independente, num País que a gente espera seja um dia democrático; porque nos últimos dezesseis anos, Democracia é apenas para aqueles que acreditam em contos de fadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Causa-nos espécie o pedido do Deputado Florisvaldo Palácios, da pavimentação da Estrada de Guapirama - Jundiá do Sul, BR-153, e de Jundiá do Sul até aquela Rodovia Federal.

Ficamos estarelecidos, porque acho que Guapirama não tem mais Deputado Estadual; Jundiá não tem mais Deputado Estadual.

Talvez o Dr. Palácios queira fazer como Ruben Valduga, me fez. Tomar-me Jundiá e Guapirama, onde ele fez uma parcela de votos irrisórios, não pela sua falta de trabalho, mas por falta de competência do atual Secretário de Transportes.

Nós estamos lá, lutando, e não vamos pedir aqui, porque acho que um Deputado da Situação vir pedir aqui, seria o mesmo que o Dr. Ruben Valduga nomear um Vice-Diretor do DETRAN e depois usurpar um município, de onde o Deputado estava cuidando. Eles estão nos jogando contra o Governador Ney Braga. E nós estamos revoltados com o Secretário de Transportes. Não com o Deputado Palácios, porque ele está fazendo o que deveria fazer, o que eu deveria fazer. Porque eu só queria dizer, alto e bom som, ao Deputado Palácios, que tive a maioria dos votos de Jundiá; tive a maioria dos votos de

Guapirama; e não vou incomodar no arraial dos outros. Agora, o que não pode é esta tutela governamental estar nos espezinhando; estar nos jogando, como jogaram o Deputado Dácio Leonel, para a Oposição.

É um alerta para o Governador Ney Braga e para o Secretário dos Transportes, porque nós lutamos a favor dessas duas estradas, e seria uma tirada demagógica ou mais uma traição, conforme o Deputado Valduga nos fez: estão jogando todos os Deputados do PDS nos braços da Oposição. E não vamos tolerar isso.

Vimos aqui, na frente do Deputado Palácios, para dizer a ele que pare com essas tutelas; que páre de jogar Deputados honestos para a Oposição. Pare de nomear homens que vão fazer traição aos outros. E eu me considero hoje um Deputado vilipendiado.

Conversamos com o Sr. Secretário de Transportes, e Vossa Excelência não sabe, Deputado Palácios, pedimos essa estrada.

Agora vem Vossa Excelência, é o mesmo que eu fosse em Foz do Iguaçu pedir uma estrada.

Vossa Excelência está fazendo a mais alta traição, mancomunado com o Sr. Ruben Valduga, mancomunado, para trair o Governador Ney Braga, para jogar os Deputados contra o Governo.

E não temos medo de careta; haveremos de mostrar quem está com a razão. Haveremos de mostrar ao Sr. Secretário dos Transportes, que nos traiu, que nos mentiu, e talvez tivesse dito a verdade para Vossa Excelência fazer um pronunciamento esdrúxulo; para Vossa Excelência pedir uma coisa que não tem razão; num comando onde não é seu; onde Vossa Excelência teve voto por força do DER; por força de coisas que não posso falar dessa tribuna.

E digo a Vossa Excelência, me respeite, Deputado Palácios, porque eu respeito os companheiros, nunca fiz um pedido em sua região.

E, de hoje em diante, vou lhe dizer: "guerra é guerra". Haveremos de ver logo, guerra contra Vossa Excelência e contra o Deputado Valduga, que usurpou o município que era de Vossa Excelência. E é por isto que eu não me subjugo.

Talvez eu passe para a Oposição, mas hei de mostrar a Vossa Excelência quem está com a razão. Porque, traição, não se faz.

Vossa Excelência teve doze votos em Guapirama, teve 200 votos em Jundiá do Sul. Por que vem na nossa região? Porque o Secretário de Transportes é um mentiroso, que nos prometeu, um Deputado da Situação fazendo demagogia, pedindo estradas que lá estão, com o Secretário, para serem começadas. Vossa Excelência foi em Santo Antônio, prometeu esta estrada demagogicamente. Agora, com demagogia, Vossa Excelência não vai para frente, porque nós poderemos sentar no banco da Oposição, se for preciso.

Estão me jogando para a Oposição, Sr. Presidente, o Deputado Palácios e o Deputado Valduga, o coveiro do Governo Ney Braga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós apresentamos à Mesa...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que de acordo com o Regimento Interno, está na tribuna o Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS —... dois requerimentos, um solicitando melhoramentos na rodovia que liga Barra do Jacaré a

Jacarezinho, e outro que interliga os Municípios de Ribeirão do Pinhão, Jundiá do Sul, Guapirama os Municípios de Ribeirão do Pinhão, Jundiá do Sul, Guapirama, para que sua pavimentação viesse dar fim a um hiato da Rodovia PR-218, que ainda esse sub-trecho não se encontrava pavimentado.

E, logo que encaminhamos o requerimento à Mesa, momentos depois, quando adentrou ao plenário o Deputado Gabriel Manoel, convidamos - e temos testemunhas - para que assinasse conosco o requerimento, porque esse trecho atinge uma das cidades em que fui o mais votado.

Sr. Presidente, ouvi o depoimento com atenção, do nobre Deputado Gabriel Manoel, e não obstante as acusações temperamentais, movidas talvez por tensões emocionais, o mesmo se exacerborou em suas considerações e o posicionamento que ele deverá ter junto ao Governo do Estado ou junto ao seu Partido e de inteira responsabilidade daquele Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, e esta Presidência exige respeito mútuo entre os Srs. Deputados. Já não penso em fraternidade, mas respeito. Esta Presidência exige entre os Srs. Deputados, respeito.

Com a palavra, o nobre Deputado Palacios.

O SR. PALACIOS - Não aceito as acusações porque não foram fundamentadas. Porque, além de termos feito o convite, porque eram municípios em que fomos o mais votado. Eu não poderia pedir, Sr. Presidente, a pavimentação de um trecho que vai de uma cidade onde fui o mais votado, até a metade somente, do trecho, porque o mesmo pertencia ao Deputado Gabriel Manoel, onde teve a maioria dos votos.

E, por isso mesmo, fizemos convite, e temos testemunhas de que este convite foi feito.

Não aceitando este convite, devo esclarecer que pedimos o reinício das obras, porque os serviços se encontravam paralisados, e é nosso dever trazer nesta Casa, sempre, as aspirações do nosso povo e o fazemos sempre conscientemente.

Concluindo, Sr. Presidente, porque o tempo já se esgota, deixo aqui as razões mais claras possíveis, a respeito do requerimento, e as atitudes do eminente deputado que me precedeu nesta tribuna, são de sua inteira responsabilidade, e ele deve assumir, e deveria ter assumido conosco, a assinatura do requerimento, porque é de interesse também daquele deputado.

Muito obrigado - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich sexto orador inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente Srs. Deputados.

Presente à tribuna, para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE - Na forma do art. 20 do Regimento Interno, esta Presidência suspende a sessão até que se complete a Mesa.

(É suspensa a sessão)

Está reaberta a sessão

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente estamos na tribuna para registrar a presença da Comissão de Deputados do PMDB, que se dirigiu a Assunção, Paraguai, na última sexta-feira, com o objetivo de manter contatos com os chamados membros do Acuerdo Nacional, reiniciando toda a Oposição mais consequente e séria daquele país, na continuidade do trabalho que vem sendo desencadeado há algum tempo, inclusive, pontificando esse trabalho com a realização do conclave, em agosto de 1979...

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - Está com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH - ... trabalho esse, Sr. Presidente, que foi pontificado em agosto de 1979, quando se realizou o encontro preparatório para a realização de uma promoção maior e abrangente da América Latina, de forças democráticas.

Basta resumir a atividade lá desenvolvida, onde, além de contatos com a imprensa, rodadas de conversação com membros do Acordo Nacional e da realização de um painel, durante todo o dia do sábado, elaborou-se também uma "Carta de Assunção".

Vale trazer aos Anais da Casa, a importância - para nós até gratificante - que se dá a esse contato, a esse conagração entre as forças democráticas de nosso País, do Paraguai, como estão se desenvolvendo contatos para ampliar em todo o Cone Sul.

E, na verdade, a importância que hoje tem o Brasil, não vamos aqui analisar quais são essas causas e o porquê dessa importância, mas dada principalmente, à presença brasileira no sentido econômico, político, no vizinho país, Deputados brasileiros da Oposição, lá chegando, têm a receptividade profundamente clara, e uma expectativa maior das mudanças que há de se fazer, naquele país, rumo à democracia plena.

E o temário se desenvolveu em quatro itens:

Inicialmente, a criação de uma Coordenadoria, através de um escritório efetivo, para funcionar todo o trabalho a ser desenvolvido.

Segundo, que em vez de se formar, desde já, a Federação que se faça, como primeiro passo, o Centro das Forças Democráticas da América Latina. E, principalmente, que essa formação do Centro, se faça por etapas.

No primeiro plano, na primeira etapa, a formação desse Centro no Cone Sul.

Também se analisaram nos painéis e nas reuniões, questões específicas, bi-laterais, Brasil-Paraguai, e por fim, o surgimento de uma Carta de Assunção.

E desta Carta, pretendemos alguns tópicos trazer a esta Casa.

"Os participantes declaram que seguem vigentes os ideais de democracia social, política e econômica, através da coordenação dos partidos democráticos e progressistas de toda a área;

Atendimento à magnitude da tarefa de resolver e implementar a força-trabalho, por regiões e etapas para dar mais praticidade à ação.

E, nesse sentido, resolve-se buscar a coordenação dos partidos democráticos do Cone Sul, engajados nesta luta, os partidos integrantes do Acordo Nacional do Paraguai, juntamente com os partidos democráticos do Brasil, que subscreveram a Declaração de Curitiba, designando-se como sede da Secretaria Coordenadora, numa primeira fase, a cidade de Brasília.

E assim mesmo, resolvem, dentro do espírito da mencionada declaração que os partidos iniciarão um trabalho de interesse prioritário.

1) - Implementar um amplo movimento conscientizador nos países, principalmente os países do Cone Sul, tendente a alcançar que os Governos derroquem as leis excepcionais, atos institucionais, levantamento de Estado de Sítio, leis de segurança nacional de caráter repressivo, tudo isso, tendente à plena vigência dos direitos humanos.

2) - Estabelecer contatos com setores políticos e sociais do Cone Sul, visando esclarecer os problemas surgidos nos últimos anos, com a intensificação dos empreendimentos comuns entre os ditos países, tendentes a negociar alguns problemas inclusive Tratado de Itaipu, outros instrumentos internacionais, assim como estudos para a solução dos problemas de população, zonas de fronteira, imigração e outros surgidos pelo intercâmbio de situações políticas e econômicas em áreas

limítrofes

E por final - e aí concluo - que declaram expressamente que concebem uma política internacional como instrumento apto tendente a alcançar a integração Latino-Americana, entendida, ela, a serviço do desenvolvimento dos povos, assim como, de romper sua dependência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por certo voltaremos ao assunto, mas nesta segunda-feira, quando retornamos ontem, com o grupo de Deputados que lá esteve, Renato Bernardi, Líder da Bancada, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus e este que está na tribuna, para, tão somente, traduzir, não só a importância do Encontro, como a disposição de se ampliar essa luta democrática nos Países da América Latina e em especial, a primeira etapa do Cone Sul.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há quem estime em mais de oitocentos milhões o número de "indigentes" no mundo inteiro, enquanto a maior parte de sua população é classificada como "pobre". A tendência é de aumentar esses números, ano por ano, motivo de grande preocupação para todos os governos, quer dos países super-desenvolvidos, quer dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento

Cresce, anualmente, o número de "pobres" e de "indigentes", em virtude do esgotamento sucessivo dos recursos naturais, em cada parte do mundo, sem a necessária correspondência de crescimento na taxa de produção de alimentos e de manufaturas, e sem que seja sustada a baixa constante da renda "per capita". Acredita-se que, em 1975, haviam dois bilhões e sessenta milhões de trabalhadores rurais, e que, ao final do século 20, esse número terá crescido para quase 3 bilhões, com a marginalização forçada de sua maioria, por não possuírem terra ou porque o minifúndio mal servirá à agricultura de subsistência da família proprietária.

A fome está rondando, desde já, o globo terráqueo. Sabemos que, a cada ano, perecem alguns milhões de pessoas, por falta de comida, em países do chamado "terceiro mundo"

Com a fome conduz o homem ao desespero, e o incita a gestos extremos, buscam organismos internacionais a contenção da crise, através do fomento da produção de alimentos e da sua distribuição mais equitativa entre as regiões carentes, o que, até agora, ainda não está sendo conseguido.

Em consequência, assistimos ao movimento migratório de uma zona para outra, dentro de um país, ou de um país para outro, e até de um para outro continente. São indivíduos e famílias que se deslocam. São massas de gente à procura de melhores condições do trabalho, para que haja a garantia de sobrevivência, quando não o do próprio enriquecimento de parcelas apreciáveis de emigrantes.

O Estado do Paraná é o espelho do fenômeno das migrações constantes, porque ofereceu, como atrativo maior, a fertilidade de suas terras.

Preferimos não aludir o início do povoamento do solo paranaense, ao aportarem à Ilha de Cottinga, na Baía de Paranaguá, as primeiras levas de colonos portugueses, em fins do século dezessete, com a subida posterior da Serra do Mar, e o seu espraiamento pelo primeiro e pelo segundo planaltos. Queremos fixar-nos em época bem mais recente, quando o Norte do Paraná começou a receber a mineiros, empenhados na cafeicultura e seduzidos de explorarem toda aquela nossa região, do sertão bravo e de terras pujantes. Com a marcha do tempo, o nosso Estado viu afluir para lá brasileiros de todos os quadrantes, e correntes imigratórias da Europa e da Ásia. Os japoneses

fundaram Assaí, em 1931, e também Uraí, pela aquisição de terras primeiramente da The Paraná Plantation, e depois, da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

As fronteiras cafeeiras foram se ampliando, de tal sorte que podemos distinguir, hoje em dia, o Norte Pioneiro, com Jacarezinho, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Plantina, como cidades-polo; Norte Novo, com Londrina como o seu principal centro de irradiação; e o Norte Novíssimo, com Maringá e Paranavaí, como catalizadores do progresso regional.

O sul do Paraná atraiu, sobretudo catarinenses e gaúchos, por causa do pinho e das madeiras de lei, e por outro lado, por causa da erva-mate, cujas "minas" eram numerosas e extensas, de modo a sustentarem os mercados consumidores do Uruguai, da Argentina e do Chile.

O Oeste-Sudoeste do Estado despontou com a crise, em 1.930, da indústria erva-teira, e por oferecer reservas incomensuráveis de florestas nativas. A madeira continuou a ser o principal produto de comercialização, até que, com o esgotamento quase total das reservas florestais, o milho e, conseqüentemente, a suinocultura passaram a ser as mais importantes atividades econômicas da região. Mas, a soja e o trigo predominam, agora, não só no Oeste-Sudoeste, mas também no Sul e no Norte do Paraná.

A pecuária se localizara, no princípio, nos campos de Palmas e de Guarapuava, e, hoje em dia fazendas de criação pontilham todo o território paranaense.

O fato é que, em quarenta anos de fluxos migratórios, o Paraná pode assistir à ocupação, praticamente, de todo o seu território, exceção de largas fatias do litoral. O "rush" do café representou, por outro lado, a devastação de cerca de oitenta mil quilômetros quadrados de matas, restando delas, apenas 8,6 por cento do nosso território.

Quem vinha para cá tinha a certeza de encontrar trabalho, e, por meio deste, a oportunidade de construir um patrimônio material, com terras, casas de moradia, empresas comerciais e industriais, e dinheiro. As próprias características da lavoura cafeeira determinavam a utilização de numerosa mão-de-obra, sem necessidade de especialização, pelo que ela se transformara no meio garantido de sustento de milhares de famílias.

A nefasta política oficial para o café, a partir de 1.964, quando pessoas leigas passaram a dirigir o IBC, resultou em desânimo geral, que se agravou, consideravelmente, após as catastróficas geadas de 1.975, dizimadoras dos extensos cafezais paranaenses. Foi substituído pelo capim, para criação de gado, ou pela soja e pelo trigo, menos sujeitos a graves prejuízos, porque culturas anuais.

A tecnologia invadiu o campo. A mecanização da lavoura contribuiu para a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores rurais, transformados em "volantes", em busca de trabalho por dia nas fazendas e nos sítios. São eles os chamados "bóias-frias", calculados em perto de oitocentos mil só no Paraná. O exército de "bóias-frias" aumentou muitíssimo, depois de 1.975, em virtude das geadas daquele ano e em virtude das péssimas condições meteorológicas nos anos seguintes, ora com estiagem prolongada, ora com chuva de granizo, ora com excesso de chuvas e com inundações. Milhares de sítiantes, quase na situação de perecerem de fome nas suas propriedades, por não terem podido produzir alimentos, tiveram de debandar, após a venda desses seus sítios a grupos econômicos mais poderosos. De proprietários passavam à condição de trabalhadores avulsos, sujeitos às incertezas e temporariedade do trabalho, porque os grupos compradores, donos de latifúndios, apelaram para o maquinário agrícola, de maior rendimento, e de menor custo operacional.

O êxodo rural se acentou cada vez mais. As cidades passaram a ser a meta a ser atingida, na esperança de que, nas mesmas, seriam mais fáceis e mais rentáveis os empregos.



Inaptos, quase sempre, para o exercício de profissões urbanas, os egressos do campo não puderam achar empregos, e, quando os acharam, os salários eram de fome. Multiplicaram-se as favelas. Cresceram, nas cidades, os índices de prostituição e de criminalidade. Curitiba, por exemplo, não oferece nenhuma segurança à população, sujeita a assaltos temerários, em plena luz do dia.

Outro fator contribui para o agravamento da situação no campo. Esse fator é representado pela desapropriação de extensas áreas cultiváveis, a fim de que sejam alagadas, na formação de reservatórios para usinas hidro-elétricas. Assim, o proprietário de ontem deixa de sê-lo no dia de hoje, porque é obrigado a receber indenização, nem sempre satisfatória, pelas terras que perde. As consequências do fato são deploáveis. A água cobre terras que poderiam continuar a produzir alimentos, ou, ao menos, artigos de exportação, como a soja. Os alimentos passam a ficar mais escassos, e, por isso, consideravelmente mais caros, acima do alcance das classes de baixa renda. Por não haver o que comercializar, cai a renda pública do Estado e do Município. E os que estavam empregados nos sítios e nas fazendas ficam forçosamente sem o emprego, fazendo aumentar o empobrecimento na zona rural.

Em face de não haverem terras disponíveis no Paraná, e preços ainda acessíveis, os ex-sitiantes e ex-fazendeiros não têm como aplicar o dinheiro da indenização em outras propriedades agrícolas no Estado. Em razão desse fato, estima-se que mais de duzentas mil pessoas partiram do Paraná, em direção de Mato Grosso e da região amazônica, seduzidas pelas milagrosas ofertas que haviam recebido. A realidade, por lá, se apresentou, contudo, muito outra, bastante áspera, com terras apossadas por terceiros, e com o dinheiro perdido no pagamento delas. Desilusão, acompanhada de insanáveis prejuízos!

As notícias de desastres circularam com rapidez, e provocaram a contenção de muitos outros agricultores, desejosos de se instalarem em terras próprias, para prosseguimento do seu labor produtivo. Essa numerosa gente, com dinheiro em caixa, ou com dinheiro a receber de indenizações, passou a ser trabalhada por uma nova fauna de "corretores" e de supostas empresas colonizadoras. Só que as terras à venda se localizavam no Paraguai, cujo governo, segundo anunciavam, se propunha, por meio do Instituto de Bien-Estar Rural, a acolher e a amparar os imigrantes, para poder executar o seu Plano de Desenvolvimento Econômico.

O Paraguai passou a ser "invadido" pelos colonos brasileiros, com mais precisão, desde 1.960, tendo sido o de 1.973 o ano de maior fluxo migratório, de patrícios nossos, para aquele país vizinho. Estima-se que mais de quatrocentos mil brasileiros estão radicados, hoje em dia, no território Guaraní, constituindo-se no maior núcleo estrangeiro de lá.

A indústria extrativa de madeira e a cultura de café e de soja passaram a ser a atividade fundamental dos colonos brasileiros. E, principalmente, de grandes empresas brasileiras, algumas das quais a elementos de prestígio político no Paraguai.

O general Alfredo Stroessner alcançou o poder através de um golpe de força, em 1.954, e o conserva desde então, em reeleições sucessivas, nem livres e nem honestas.

A "invasão brasileira" do Paraguai se tornou, pois, o prato predileto das oposições. As críticas acerbas e os ataques costumeiros, enriquecidos com a rememoração de episódios da guerra 1.865-1.870, estão indispondo o povo Guaraní e as autoridades de escalões inferiores contra os colonos, nossos patrícios. Os atos de arbitrariedade e de violência contra os brasileiros são comuns, são do dia-a-dia assumindo aspectos já insuportáveis.

Domingo Laino, de nos conhecido, pelo fato de haver participado, nesta Casa, de um Encontro Latino-Americano,

não passou, afinal, de um encontro brasileiro-paraguaio, fez da colonização brasileira em seu país o "leit-motivo" de acirrada campanha contra nós, pela imprensa e pelo livro. A sua obra "Paraguay: Fronteras y penetración brasileña" nos acusa de imperialistas e de espoliadores das riquezas naturais da terra Guaraní. Transcreve o que diz o diário "ABC", de Assunção:

"El bajo costo de nuestras tierras, los reducidos e eludibles impuestos, las posibilidades de disponer de dos mercados para la producción, las alentadoras perspectivas de Itaipú y otros varios factores han estimulado la afluencia de grandes contingentes de colonos brasileños, muchos de los cuales venden sus tierras en el Brasil para adquirir en el Paraguay extensiones mucho mayores por menos precio y se ponen apresuradamente a desmontar, cultivar y prospera".

E prossegue:

"Al mismo tiempo, "a sus vecinos paraguayos sólo se les proporciona tierra, careciendo de la necesaria asistencia técnica y crediticia para emprender los cultivos de mayor beneficio en el Alto Paraná". Por otra parte, se denuncia que una gran faja de tierras paraguayas, junto a la frontera con el Brasil, ya pertenece a hacendados y empresarios brasileños, y se recuerda que el Brasil tiene muy bien defendidas sus fronteras y que sus leyes prohíben que algún paraguayo pueda adquirir un pedazo de terreno brasileño sobre la frontera".

Após analisar os resultados da política oficial, com relação ao acolhimento, pelo governo paraguaio, de tantas dezenas de milhares de colonos brasileiros, Domingo Laino revela que estes predominam nas 18 colônias oficiais e nas 19 colônias particulares, instaladas no país, nos Departamentos de Alto Paraná, de Concepción, de Caaguazú e outros. E rebate a contestação do embaixador do Brasil em Assunção, Alencar Ramos, de que o ex-ministro de Relações Exteriores, Gibson Barbosa, seja proprietário de um palmo sequer de terras naquele país, para afirmar ainda:

"Pero el fenómeno de la penetración de subir hacia el norte, también avanza hacia el sur. Es así como afecta también al Departamento de Itapúa, fronterizo con la Argentina".

A reportagem de "Folha de S. Paulo" havia acompanhado uma equipe do Centro Pastoral do Migrante da Arquidiocese de São Paulo, para verificar, *in-loco* a situação dos colonos brasileiros, em vista das numerosas queixas e denúncias recebidas sobre violências por eles sofridas. O reporter Luiz Padovani relata o que viu, na edição daquele jornal de 22 de abril último:

"Nos últimos 20 anos, milhares de famílias brasileiras foram atraídas ao Paraguai com promessas de terras férteis e baratas, em projetos de colonização, com estradas abertas, áreas reservadas para as atividades comunitárias, escolas. Hoje, elas são 30 mil (aproximadamente 200 mil pessoas), uma população equivalente à da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Mas, grande parte desses colonos — que eram pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros no Brasil e deixaram o país premidos pela concentração das áreas rurais ou pela mecanização da agricultura — está sofrendo toda espécie de pressões para abandonar a terra comprada ou apossada no Paraguai, em benefício de empresários brasileiros e paraguayos, com a conivência do Instituto de Bien-Estar Rural, e sob a complacência das autoridades consulares brasileiras. Passados os primeiros e mais duros anos da colonização — em que abriram as estradas por sua própria conta, derrubaram a mata (cedendo a madeira aos empresários), construíram suas casas, igrejas, escolas — os agricultores começaram a ser presos sem motivo, espancados, e até ameaçados de morte pelos interessados em tomar as terras.

O drama desses colonos, que tem como fundo a falta das escrituras de propriedade, — uma constante promessa — envolve como responsáveis desde empresários e grileiros brasileiros, que venderam terras de ninguém aos incultos e ingênuos agricultores, até comissários da Polícia paraguaia, a soldo de em-



presas colonizadoras. Os colonos brasileiros no Paraguai estão espalhados por mais de 200 comunidades, formadas por eles mesmos na parte leste desse pequeno país de 3 milhões de habitantes e 406 mil quilômetros quadrados.

Elas estão voltadas para quatro núcleos colonizadores, que têm como eixo a rodovia internacional, que liga a cidade de Porto Stroessner (unida ao Brasil pela chamada Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu) à capital, Assunção.

Esses Núcleos, que fazem o papel de "capitais" para as comunidades situadas sob sua influência, num raio de 80 quilômetros, são verdadeiras cidades brasileiras incrustadas no país vizinho, onde apenas as autoridades policiais, o professor e, eventualmente, o colonizador são paraguaios. Além dessas, existem dezenas de comunidades "autônomas", disseminadas ao longo das fronteiras com o Estado de Mato Grosso, no nordeste do Paraguai.

Eis as denúncias do repórter:

"Expulsão dos colonos da terra, roubo de madeira, violência, ameaças, inutilização dos recibos de pagamento na frente do impotente agricultor.

Estes são fatos comuns, vividos pela comunidade brasileira no Paraguai, principalmente no núcleo de Santa Tereza, cuja colonização foi empreendida por um brasileiro, conhecido pelo nome de Lino Marchetti. Marchetti, de acordo com os colonos, possuía 15 mil hectares de terra naquela região, entre os rios Iguazú (do Paraguai, não o Iguaçu brasileiro) e Acaraí, distante 40 quilômetros do asfalto (rodovia Porto Stroessner-Assunção). Seu projeto de colonização, aprovado pelo governo paraguaio, previa a abertura de estradas, construção de escolas, destinação de áreas para as comunidades (igrejas, órgãos públicos e entidades comunitárias, locais para lazer, etc.).

O colonizador abriu a estrada principal, e enviou corretores ao Brasil, para vender os lotes. Apenas o núcleo de Santa Tereza, de acordo com o padre Benjamin, cuja paróquia abrange toda região, chegou a contar 1.500 famílias de colonos brasileiros, hoje reduzidas em dois terços em razão dos problemas que surgiram.

Tudo começou dois anos depois de iniciada a colonização em 1.972, quando apareceu ali um militar paraguaio, Mário La Terça, dizendo-se o verdadeiro proprietário da maior parte das terras. Lino Marchetti, nessas alturas, já havia desaparecido com todo o dinheiro recebido dos colonos pois vendera, além dos 15 mil hectares originais, mais 30 mil hectares cuja propriedade era (e continua sendo, por que La Terça não apresenta documentação) desconhecida.

Luiz Pandovani entrevistou muitos colonos. José Martin Neto, brasileiro, conta que, em meados de 1.970, vendeu o seu sítio em Assis Chateaubriand, Paraná, e que comprou 10 alqueires no Paraguai, de Lino Marchetti, havendo fundado, com outras 16 famílias, a comunidade de São Rafael, pertencente ao núcleo de Santa Tereza, onde abriram estradas, desbastaram a floresta e plantaram soja. La Terça surgiu, dizendo-se proprietário, sem apresentar documentos, e, diante do protesto dos colonos, que haviam pago a terra, retirou-se. Logo depois, apareceu o coronel Infancio, de Itaipu, "junto com pistoleiros, que tomaram os contratos da gente na ponta do fuzil". Martin continua: "Um dia, o La Terça veio aqui com os soldados, e prendeu 29 homens, levando tudo para o batalhão, ameaçando o pessoal para que fosse embora. O pessoal foi solto depois que pagou vinte mil guaranis. Mas, eu mesmo não posso ir ao patrimônio (núcleo de Santa Tereza), porque ele disse que eu ia morrer, se aparecesse por lá".

O colono Teodoro Gella, de 42 anos, comprou 40 alqueires de Marchetti, que desbravou e cultivou. Surgiu, além de La Terça, um grego, Eutímio Ioanides, sócio do genro do ministro do Interior paraguaio, de quem comprou 180 mil guaranis de madeira, para construção de sua casa, da qual

recebeu parte. Ao tentar receber o dinheiro da parte faltante, os pistoleiros, comandados pelo comissário de polícia, invadiram a propriedade, de armas na mão, tomaram-lhe o recibo de compra de madeira e fizeram-no assinar nota promissória no valor de 319 mil guaranis, e foi obrigado a entregar o alambique para destilação de menta, no valor de 500 mil guaranis.

Henrique João Vantiennen comprou 20 alqueires, e pagou metade para Marchetti e metade para Ioanides. Ao reclamar a escritura, tomaram-lhe o contrato, e lhe deram outro, de apenas 10 alqueires, e com o pagamento de mais 92 mil guaranis. Protestou, teve um genro preso, e ele próprio foi espancado brutalmente durante toda uma noite, até que o corpo sumiu, não tendo sido encontrado até hoje.

Elio José Kempf foi vítima do ex-deputado catarinense João Muxfeld, que lhe vendeu 101 hectares de terras do irmão Oscar em Naranjal, Paraguai, e, agora, apesar de haver pago essas terras, está sendo cobrado em mais 20 mil guaranis por uma financeira, chamada Cuatro Vientos. Muxfeld recebeu o dinheiro, não deu escritura, e fugiu, porque as terras não lhe pertenciam.

O colono Antonio Cardoso ganhou a questão de terras na justiça, e teve de fugir, para não ser morto. O pior é que o cônsul brasileiro em Porto Stroessner e o cônsul geral do Brasil em Assunção não se preocupam com a sorte dos colonos e não atendem às suas queixa. — "Quem é que mandou vocês virem para cá?" é a pergunta que fazem.

O presidente João Baptista Figueiredo esteve recentemente no Paraguai. Fez discursos, e assinou convênios. Sobre-carregou o Brasil com o ônus da construção de uma ferrovia naquele país. Tudo muito festivo, tudo muito cordial.

Faltou-lhe, porém, interpelar o governo Alfredo Stroessner sobre as arbitrariedades e as violências de que estão sendo vítimas os colonos brasileiros, por beaguins e assassinos: profissionais, a serviço de empresários inescrupulosos e gatunos.

Será que os nossos patrícios irão continuar abandonados e desamparados pelo Brasil, na hora em que deveriam ser plenamente assistidos pelas autoridades brasileiras, para não serem despojados de direitos sagrados?

Requeremos que, em nome dos injustiçados e dos perseguidos, mormente colonos do núcleo de Santa Tereza, Paraguai, seja enviado telegrama, do teor abaixo, aos Srs. Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Justiça e Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que é um apelo no sentido de que o Brasil defenda, como o fazem as outras nações, os seus súditos no exterior:

"Informada atos arbitrariedade et cruéis violências sofridos milhares colonos brasileiros disseminados núcleos colonização Paraguai vg extorquidos no seu direito de propriedade sobre terras compradas et ameaçados de morte por intrusos apoiados policia local et pistoleiros profissionais vg Assembléia Legislativa Paraná dirige Vossência caloroso apelo sentido acudir urgente et eficientemente infelizes patrícios vg para que tenham certeza não haverem sido abandonados governo sua Pátria estremecida"

Concedo o aparte ao Deputado Mário Celso.

**O Sr. Mário Celso** — Mais uma vez Vossa Excelência traz à Casa e coloca em debate, um tema muito importante e seríssimo.

Nós atravessamos uma época atormentada por pressões de ordem interior e exterior causados pelo pecado do homem contra Deus, contra a natureza e contra si mesmo. Por isso, a campanha da Fraternidade enfoca esse ano, um problema que nos aflige, que é o problema da migração.

Como Vossa Excelência citou, se no Paraguai, 200 comunidades formadas por pessoas de nacionalidade brasileira, são homens, mulheres e crianças e a minha preocupação maior

está justamente nas crianças que são levadas, muitas vezes, contra as suas próprias vontades e lá estão, a maioria no abandono e se as leis do Paraguai não beneficiam, não protegem o adulto, imagine as crianças e o problema da mão-de-obra também.

Acontece o inverso no Brasil. Nós aqui importamos mão-de-obra especializada, desde problemas do projeto de acordo nuclear reatores, ativando a mão-de-obra especializada, muitas delas vindo da Alemanha, e pagando verdadeiras fortunas, como aqui no Paraná, nós temos na Cidade Industrial de Curitiba, técnicos que vêm da Alemanha, que vêm do Japão, que vêm dos Estados Unidos, ganhando verdadeiras fortunas em detrimento do nosso trabalhador, o trabalhador brasileiro que ganha salário de fome, salário mínimo e quando muito, tem uma gratificação extra, mas esses técnicos vêm ganhando horrores. Agora, quando a migração acontece aí se invertem os fatores. A mão-de-obra é barata, é desqualificada e é explorada. Os nossos trabalhadores lá fora estão sendo espoliados inclusive em todos os seus direitos, inclusive, no seu direito moral.

Por isso, cumprimento o nobre Parlamentar por trazer à Casa um tema tão importante e ressalto este pequeno item que é o problema do menor que está levado a grande parte desses menores, com autorização do nosso Juizado aqui do Brasil, para, naturalmente, acompanhar seus pais no exterior e lá ficar totalmente no abandono e desprotegido.

Parabéns.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte valoroso do nobre Deputado.

Realmente há poucos dias em Foz do Iguaçu, tive a oportunidade de me encontrar com o Padre Benjamin da Colônia Santa Tereza no Paraguai, formada realmente por brasileiros, somente os policiais e as autoridades são paraguaios.

Relatava-se que há poucos dias em Santa Tereza, um carro do Governo, um caminhão basculante, chapa oficial, adentrava na Cidade de Santa Tereza do Paraguai, invadira-a, prenderam brasileiros, tomavam dinheiro, espancavam homens, mulheres e crianças e até relógios dos braços desapareciam, tomados por policiais paraguaios, razão pela qual, Sr. Presidente, a nossa preocupação de vir hoje à tribuna fazer esse relato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa

informa ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado, entretanto o nobre Deputado tem 15 minutos para falar dentro do horário reservado à Liderança do partido de Vossa Excelência.

Vossa Excelência, fala, no momento, dentro do horário reservado à Liderança do seu partido.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço a Vossa Excelência e à Liderança do nosso partido.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — É um assunto profundo que o nobre Deputado traz a esta Casa, fornecendo inclusive esses dados estatísticos, acontece, que a América Latina toda sofre este processo nobre Deputado, e, o Paraguai é uma fatia dessa ditadura maior que impera na América Latina, em função do imperialismo, do capitalismo norte americano.

No aperto de mão do nosso Presidente, que hoje já é chamado de "Juan Batista", porque fazendo a peregrinação pela América Latina, quando apertou a mão do facista Stroessner, estava revigorada ainda mais essa ditadura. É preciso libertar a América Latina toda, toda a América Latina. O Julio Chiavenatto, um escritor radicado no

Brasil a algum tempo, nos seus 3 livros, coloca bem o problema do Paraguai.

Essa visita do Presidente ao Stroessner, serve para encobrir a corrupção de Itaipu. Porque não se admite um País que fala em abertura, um Presidente que fala em democracia, apertar a mão daquele que é o chefe maior, o poderoso chefe do contrabando de tóxicos, todo o tipo de contrabando, os seiscientos e cincoenta milhões de dólares de café que nem foram contrabandeados para o Paraguai, ficaram aqui, mas vieram as notas de lá.

Então, nós esperávamos que o "Juan Batista", fosse realmente buscar esclarecimentos e dar um apoio aos trezentos mil brasileiros que estão sendo saqueados no Paraguai, pelo regime facista do Stroessner.

Mas, acredito que o dia ainda vai chegar, porque o facista Stroessner teve a cara de pau de ir à Goiânia esses dias atrás. Mas, vai chegar o dia, e muitos já cantaram esse dia. Mercedes Sozza, Yuapanqui, Cardenal, Chiavenatto, Hugo Blanco, Neruda, o dia vai chegar nobre Deputado da libertação de toda a América Latina que sofre esse processo facista e mais do que nunca, esta forte ditadura no Paraguai e continua forte aqui no Brasil. Porque abertura é para o inglês ver, abertura não existe.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço. Comunicaria à Mesa, que o restante do horário, do horário reservado à Liderança do Partido Popular, será ocupada pelo Líder do nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, por dez minutos.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois de uma série de posições, tomadas pelo Governo, com relação à prorrogação de mandatos, eis que finalmente o Congresso Nacional dá início ao debate da emenda do Deputado goiano Anísio de Souza, objetivando a prorrogação por dois anos dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores.

No começo da encenação o Governo dava uma de Pôncio Pilatos.

Depois passou a admitir.

Finalmente decidiu pela prorrogação.

O pior de tudo é que agora o Governo e seu partido de sustentação, tentam convencer o povo brasileiro de que nenhum outro caminho existe que não seja a prorrogação ou a intervenção.

Como consequência de nada vale para o próprio Governo a Lei Maior - a Constituição Federal, que no seu artigo 209 trata do assunto.

Aliás, conversando há pouco nesta Casa com o Senador José Richa, ele recordava o episódio das eleições de 66, quando em apenas 6 dias, o Congresso aprovou projeto viabilizando aquelas eleições.

Tal projeto dava poderes para as comissões provisórias indicarem os candidatos e nos municípios onde não existissem as comissões, as indicações poderiam ser feitas pelo próprio Diretório Regional. (Lê):

"Bastaria ao Governo não temer o resultado das urnas e as coisas seriam postas nos seus devidos lugares. Uma simples alteração de prazos e tranquilamente o povo poderia escolher os seus representantes.

Ocorre no entanto, que não pode o Governo pensar em eleições, face a terrível crise que atravessa o Brasil, onde já se discute qual seria mais grave - se o endividamento externo ou se a inflação.

Façamos uma rápida análise só dos aumentos de preços

das passagens.

As passagens rodoviárias aumentaram, chega também um novo aumento para as passagens aéreas e já se anuncia para o próximo mês mais um aumento no transporte de massas.

Ao lado da energia elétrica que acaba de aumentar, acompanhando os novos aumentos da gasolina, do gás e do óleo combustível o povo já está sofrendo o massacre dos aumentos concedidos no açúcar, no pão e no leite.

O mais grave contudo é que, em última análise, a culpa sempre é do povo. Quem culpa o povo é o Ministro Camilo Pena, que acaba de fazer um ridículo pronunciamento dizendo que o povo está comprando demais, que está comprando adoidadamente. Palavras próprias do Ministro, que acha que o combate à inflação depende do povo saber comprar, já que o Governo não é o todo poderoso.

Já o outro Ministro - o Delfim dos quarenta e cinco por cento - teria admitido que a inflação deste ano pode chegar à casa dos oitenta e cinco por cento e depois dizia acreditar que a inflação possa ser contida nos cinquenta por cento.

O que o Governo não pode esconder do povo é que estamos atingindo o maior índice de inflação da história econômica do Brasil, chegando à faixa dos noventa e cinco por cento nos últimos doze meses.

Nem no Governo de João Goulart em 64 chegamos à tal índice.

E o pior é que o povo está entrando numa espiral desesperadora, pois mal fica sabendo de mais um aumento, e já recebe a informação de que novos aumentos vêm chegando.

É o caso da energia elétrica que aumentou na semana passada e já estão programados novos aumentos para setembro e dezembro.

O álcool carburante que aumentou nos últimos dias, passando o litro a custar 18,20 - já está se vestindo para novo aumento devendo nos próximos dias passar para 19,50.

As prestações do BNH vão sofrer reajuste agora em julho na ordem de cinquenta e cinco por cento e mais uma vez os adquirentes de casa própria pelo sistema financeiro da habitação vão colocar a mão na cabeça.

As anuidades escolares já massacram o estudante brasileiro também vão sofrer aumentos no mês de julho.

A grande verdade é que ninguém mais acredita na política econômica do Governo.

Vale a propósito lembrar do posicionamento do Presidente da Federação das Indústrias do Paraná ao lamentar o fortalecimento da ditadura tecnocrata no País e ao afirmar que os industriais descreem da capacidade dos que teimam em dirigir a nossa economia como se ela fosse um grande laboratório de experiências inconscientes - arrematando por acusar o Governo de ser o maior inflacionador, já que a inflação se deve muito mais à super-elevação nos preços dos serviços públicos do que dos salários.

E o que nos causa um profundo mal estar são certas declarações de pseudos democratas que tentam ainda justificar a prorrogação dos mandatos - mesmo roubando do povo o direito que lhe pertence de tomar as decisões através do voto livre e democrático.

Os mesmos pseudos democratas que também já se colocam curvados pela subserviência, ficando a pregar que a sublegenda para Governador é uma fórmula muito boa, quando no fundo - o que desejam realmente é que os governadores continuem a ser biônicos, continuando a ser escolhidos de forma indireta.

Exatamente nesse ponto é que volta a classe política a duvidar das promessas e juramentos do Governo.

Tantas têm sido as mentiras, as encenações, as medidas de força que não dá mais para acreditar nas juras dos homens do Governo.

Fala-se agora na possibilidade do Governo retirar a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para Governadores.

Tal emenda foi ao Congresso para justificar a posição dos arenistas de camisa nova, a fim de que pudessem votar contra a emenda Lobão, cumprindo as ordens emanadas do Chefão.

Houve até declarações pela imprensa de certo Deputado paranaense do ARENÃO de que votaria a favor da Emenda Lobão, fosse qual fosse a posição do PSD. Só que na hora de votar o Deputado não estava no plenário da Câmara, e muito menos em Brasília.

Estamos pois vivendo mais uma expectativa, quando as dúvidas começam a surgir a respeito das eleições para governadores.

O Governo apresentou a emenda restabelecendo as eleições diretas, para poder derrubar a emenda Lobão.

Na Câmara as oposições começaram a trabalhar na retirada de assinaturas em outras emendas, buscando apressar a emenda governamental.

E agora surge o Líder do Planalto para afirmar que o Governo que não quer pressa, na votação de sua emenda.

Com a retirada de outras emendas, a que trata das eleições diretas seria lida dia 13 do mês corrente.

E Passarinho vem informar que o Governo não quer antecipação, pois deseja que o assunto só seja tratado no fim deste ano, ou começo de 81. Quer dizer: O Governo quer e pronto. Os congressistas que cumpram as ordens.

Enquanto isso usam de figuras como Maluf (e mais alguns governadores) para a defesa de eleições indiretas para o Governo de 1982.

E parece mesmo que as pressões que o Governo vem sofrendo para que tais eleições continuem indiretas estariam partindo dos atuais governadores.

É evidente que alguns já não escondem tal desejo. Outro pretendem a eleição indireta mas preferem ficar escondidos. Finalmente existem alguns que realmente desejam que o povo escolha os futuros governantes.

No Paraná já sabemos que o nosso governador é favorável às sub-legendas, não obstante elas sejam a negação do pluripartidarismo.

Sabemos também que o Governador Ney Braga é favorável a prorrogação dos atuais mandatos, mesmo roubando do povo o direito que o povo tem de escolher seus representantes.

Resta saber qual será em definitivo a posição do Governador Ney Braga - no tocante às eleições diretas para governadores.

Vamos torcer para que Ney Braga defenda com coragem as eleições diretas. Ficando em cima do muro não fará justiça à sua carreira política tão longa e sempre com voto popular, não obstante hoje Ney Braga seja também um dos biônicos do regime ... mas esperamos que ajude a acabar com a bioncidade neste País, devolvendo ao povo brasileiro o sagrado direito de votar e eleger os seus representantes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PTB. (Pausa).

A Mesa registra, com satisfação, a presença no plenário, do Vereador Odair Pereira, de Paranavai.

Com a palavra o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Passo a pensar e fico em dúvida, Sr. Presidente, se o Sr. Secretário da Saúde deste Estado, realmente é um homem sério. Se cumpre a Lei e a Constituição do seu Estado.

Na continuidade do que devo dizer, Sr. Presidente, seria particularmente ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado

Erondy Silvério, para que tome conhecimento e para que esta Casa saiba que, neste Estado, não se cumpre a Lei, que a Constituição do Estado do Paraná.

Fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Pedido de Informações à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, no dia 17 de abril deste ano. Esta Assembléia aprovou este pedido de informações, no dia 23 de abril deste ano.

Após a passagem do documento pelos canais competentes do Poder Legislativo, foi protocolado na Secretaria da Saúde no dia 28 de abril de 1980.

Gostaria de ler o que foi lembrado tantas vezes aqui, que o art. 20 da Constituição do Estado, através do seu parágrafo segundo, diz que "nos pedidos de informações, observados os requisitos do art. 16, inciso quinto, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa, dentro de 30 dias".

O artigo 15, inciso V, se reporta a que "a Mesa encaminhará por intermédio do Governador, somente pedidos de informações sobre fatos relacionados com matéria legislativa em trâmite ou sobre fatos sujeitos à fiscalização da Assembléia Legislativa".

Eu entendo, como todos entendem, que a saúde do povo está afeta à fiscalização desta Assembléia.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, levasse ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Secretário da Saúde, que o prazo estabelecido pela Constituição do Estado, já se esgotou, e de que nós gostaríamos, Sr. Presidente, uma vez que agora o pedido de informações de nossa autoria passou a ser da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que é um Poder, de que naturalmente ele enviasse a esta Assembléia, as informações nele contidas.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Acho que Vossa Excelência está dirigindo um apelo com endereço errado.

Vossa Excelência não deve apelar!

Vossa Excelência deve exigir à Comissão Executiva da Casa que, pelo menos, procure fazer valer as prerrogativas do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Não é ao Líder do Governo que Vossa Excelência deve recorrer; Vossa Excelência deve apelar à Comissão Executiva, a quem cabe a responsabilidade de resguardar não só as tradições do Poder Legislativo, mas como as suas próprias prerrogativas.

**O SR. ADALBERTO DAROS** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo esclarecer porque apelei ao Líder do Governo e não à Comissão Executiva: porque toda vez que se pretende informações nesta Casa, a Bancada do Governo, através do seu Líder, é quem responde.

Apelo, agora, que o Sr. Secretário de Saúde responda a esse pedido de informações.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Agradeço a Vossa Excelência a gentileza. Vossa Excelência há de convir que realmente isto tem acontecido, porque quando a bancada majoritária desta Casa identifica, nos requerimentos de Pedido de Informações, matéria de conotação absolutamente política, tem o direito de rejeitar ou aprovar esses requerimentos, dentro desse entendimento político. E esta é uma Casa política, e a maioria sempre vence a minoria se convence.

Agora, quando os Pedidos de Informações não contêm matéria de fundo político - como é o caso do requerimento de Vossa Excelência - e que a bancada do PDS aprovou o

requerimento não cabe mais à Liderança do Governo, nenhuma ingerência sobre o assunto.

Coube, na oportunidade, dar o apoio à Vossa Excelência. E nossa bancada o fez. Agora, as prerrogativas do Poder Legislativo, que são inerentes ao próprio Poder, cabe à Comissão Executiva resguardá-las.

**O SR. ADALBERTO DAROS** — Perfeito.

Vossa Excelência chegou exatamente onde desejávamos, mesmo porque, Deputado Erondy Silvério, hoje, nesta sessão, vai ser apreciado um requerimento de nossa autoria, que está sendo protelando há cinco dias. É um requerimento sem conotação política. Feito para ser respondido pelo Sr. Secretário dos Transportes, sobre problemas dos portos de Paranaguá e Antonina.

Não há conotação política nenhuma. Apenas informações sobre o funcionalismo do Porto.

Espero que a Bancada do PDS aprove também. E caso não aprove, que, pelo menos, o Líder do Governo, faça como tem feito: traga as informações a esta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, não devo pedir à Comissão Executiva desta Casa que reitere o pedido. Mesmo porque o Sr. Secretário de Estado deve cumprir o que diz a Constituição, caso não o faça - e agora o Deputado que está na tribuna, vai lhe dar um prazo, o prazo de uma semana, exatamente. Se o Sr. Secretário da Saúde não responder este pedido de informações, este Deputado vai tomar medidas que não vão fazer muito bem a Sua Excelência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é concedido.

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornalista Benedito Pires, secretário de Redação do "Correio de Notícias", encimou um artigo por ele escrito, no último domingo, da seguinte maneira:

"Riam todos, festejem. O "Correio fechou".

E gostaria de deixar aqui, como registro, da bancada do PMDB que não estamos festejando o fechamento do "Correio de Notícias". Nós, do PMDB, não estamos rindo com o fechamento desse jornal que, nestes últimos tempos, provocou uma profunda revolução - vamos dizer - na imprensa do Paraná.

Porque, sendo democratas e praticando a democracia, todos os dias, devemos dizer aqui, que, na realidade, estamos entristecidos, com o fechamento desse jornal.

Existem países em que milhares e milhares de jornais são editados todos os dias, milhares! E quando vemos um jornal fechar a sua Redação, acho que é motivo de tristeza para todos. E aqui gostaríamos de dizer o seguinte: Que mesmo que a linha desse jornal não tivesse ponto de convergência, de espécie nenhuma, com aquilo que estamos propugnando para este País, nós também estaríamos aqui a lamentar o fechamento de um órgão da imprensa, porque se democratas somos, temos que garantir, temos que lutar por aqueles que têm pontos de vistas contrários aos nossos, alcancem todas as maneiras, as possibilidades de externar esses pontos de vista.

Lendo jornal a gente vê que fica uma profunda mágoa de todos aqueles jornalistas que durante três meses lutaram para fazê-lo independente e digno das tradições da imprensa do Paraná, mas acredito que é nesta inconformidade destes jornalistas que assim procederam, é que eles vão encontrar a força para fazer com que esse órgão volte a circular da mesma maneira que circulou até o último domingo, fazendo com que os anseios populares alcançassem um veículo de aproximação com parcelas da sociedade que estão dormitando sem perceber.

na quadra histórica difícilíssima que estamos vivendo.

Ainda agora, estava prestando atenção no pronunciamento do Deputado Daros e aqui o jornal diz que o Secretário Oscar Alves talvez esteja rindo nesse momento.

Então, nós gostaríamos de dizer que quando este jornal deixa acusações claras ao Sr. Cleto de Assis, acredito que essas acusações não são infundadas nem gratuitas.

Nós gostaríamos que o Governo do Estado ao distribuir a sua propaganda, pudesse fazê-lo de maneira imparcial a todos os órgãos de imprensa.

Nós que temos uma vivência já longa na política, sabemos que esses episódios ocorrem de maneira espaçada muitas vezes e de maneira constante quase sempre.

Acompanhei de perto a luta de uma pequena revista que é editada na minha cidade e quando este jornalista, como o Correio de Notícias diz aqui, sem assumir qualquer posição político-partidária, criticava os atuais mandatários da Cidade de Arapongas, o que é que aconteceu?

Se colocou uma manobra em desenvolvimento que funcionava da seguinte maneira: Como praticamente todos os órgãos de divulgação com pequenas exceções funcionam, vivem atrás dessa propaganda paga, na minha cidade, os donos do Poder foram a todos aqueles anunciantes pedir para que eles nada fizessem de propaganda naquela revista, com o objetivo de fechá-la.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Peço um aparte a Vossa Excelência.

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — Felizmente fracassaram, não conseguiram e aquela revista, com todas aquelas limitações que pode ter a vida de uma revista do interior, está cumprindo o seu papel naquela região do Estado, mas aqui o que nós notamos é o seguinte também: que os longos anos de arbítrio, instalados neste País, os longos anos da ditadura que aqui vicejou contra a vontade do povo, faz com que, fique instalada na sociedade brasileira o medo. Tem gente que tem medo de anunciar em determinados jornais, em determinadas revistas, porque sabem que poderão desagradar os poderosos do dia e aqui, o Jornal "O Correio de Notícias", diz claramente, num editorial do seu Diretor Presidente que, até linhas de crédito foram fechadas a este jornal.

O que nós do PMDB gostaríamos de ver, é que todos os jornais assumissem da maneira que bem entendem, a linha editorial que pretendem levar à população.

Cada jornal tem o seu caminho, e nós do PMDB respeitamos todos os jornais, mesmo que eles tenham posição visceralmente contra as teses que nós da oposição defendemos. Nós como democratas, temos, volto a repetir, obrigação de defender a linha de todos os órgãos de imprensa mesmo que sejam contra nós, porque aí sim, estaremos fazendo a democracia na prática.

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Obrigado.

Quero manifestar, da mesma forma como Vossa Excelência faz, a minha tristeza pelo fechamento do Correio de Notícias, em nome da Bancada do Partido Democrático Social.

Entendo, que é um órgão de comunicação social, que vinha prestando serviços à comunidade e que deixa lamentavelmente de circular.

No entanto, não concordo com a argumentação segundo a qual, o Governo do Estado, é o responsável pelo fechamento do Correio de Notícias.

E, basta que se procure fazer com algum critério, um retrospecto da vida do Correio de Notícias, e vamos localizar no tempo, uma saída provisória de circulação deste jornal, exatamente na hora em que era feita a transação para o grupo da GRAFIPAR, e não nos esqueçamos, que o jornal foi fundado inclusive, por um homem que é um dos ilustres parlamenta-

res do nosso partido na Câmara Federal, Deputado Adolfo Franco.

E o jornal deixou de circular praticamente, foi vendido quando era também administrado por um Deputado Federal companheiro nosso, homem do Governo, como nós o somos e temos motivos de honra, de satisfação para o sermos.

Então, veja Vossa Excelência, que não existe absolutamente nada de pré-concebido, até porque, foi o Governador Ney Braga ao assumir o Governo do Estado, foi o Sr. Secretário da Comunicação Social ontem, vítima de um ataque absolutamente injusto, num dos editoriais do Correio de Notícias, Cleto de Assis.

Por essas duas personalidades da vida pública paranaense que romperam um vício de muitos anos em nosso Estado. A matéria realmente paga, a matéria realmente subsidiada financeiramente pelo Governo, acabou-se no Paraná a prática "pré-releasi", da notícia igual para todos os jornais, criou-se no Paraná uma abertura inclusive para o mercado de trabalho, para os jovens profissionais recém-formados pelas nossas universidades.

Tentou-se e conseguiu-se moralizar aquilo que ainda não estava devidamente moralizado.

Então, Sr. Deputado, não é justo realmente a pretensão da acusação, a atribuição de uma responsabilidade que não compete ao Governo do Estado.

E, eu falo a Vossa Excelência com a maior tranquilidade porque inclusive fui daqueles que defenderam a linha editorial do "Correio de Notícias", por entendê-la como válida, como necessária ao regime democrático que se pretende impor a este País.

Mas não posso silenciar diante das injustiças que vi perpetradas nas linhas do "Correio de Notícias" de ontem.

Parece-me ser muito mais justo que se atribua ao quadro de dificuldades do Brasil inteiro hoje, a sobrevivência e a subsistência de um jornal, numa época em que o papel aumenta cada vez mais, em que o custo gráfico é cada vez maior, em que os reajustes salariais, semestrais, estão a onerar algumas empresas sem suporte necessário para poder arcar com suas responsabilidades.

Parece-nos extremamente simplista e inclusive injusto atribuir ao Governo do Paraná, o fechamento de um órgão de imprensa. Por este fechamento estou triste sim, mas tão triste quanto estou também pelas injustiças que foram cometidas em seu último número.

Muito obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — A estas dificuldades que o nobre Deputado alinhou, acrescento estas que já falei no meu pronunciamento.

Na realidade, acredito que a Democracia e o Jornalismo são inseparáveis, como eles próprios dizem aqui.

Neste País temos visto bombásticas declarações de intenções de praticamente todos os mandatários do País.

Mas, na realidade, estas declarações são para consumo externo.

Estas declarações são para a imprensa.

Elas não são ditas de público. Mas, na realidade, na hora da prática, se faz exatamente ao contrário.

Acredito, sinceramente acredito que o jornal, além de todas estas dificuldades, quando tem a necessidade de se socorrer num organismo bancário, vai encontrar a má vontade daqueles que estão à testa destes organismos bancários. É o mercado de trabalho que se fecha.

**O Sr. Fiori Luiz** — Permite-me um aparte?

**O SR. WALDYR PUGLIESI** — Em nome do PMDB deixo aqui a nossa palavra de alento a este quadro de jornalistas do "Correio de Notícias" que se houveram com brilho neste período e, como eles prometem aqui que vão voltar breve-

mene, faço votos para que realmente isto venha a acontecer, não em detrimento de qualquer outro órgão de imprensa do Paraná, mas para se somar à toda a imprensa do Paraná, na busca dos verdadeiros caminhos da Democracia, da libertação social e econômica e, principalmente, política, que tanto estamos perseguindo e precisamos alcançar.

O Sr. Fiori Luiz — Dez segundos?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem meio minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Concedo trinta segundos de meu pronunciamento ao aparte do Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradecendo a tolerância do Presidente Fabiano Braga Côrtes, apenas para completar as suas colocações aí, Deputado Waldyr Pugliesi, uma frase de um homem extremamente inteligente, culto, professor, sociólogo, foi exilado, Paulo Duarte.

Ele dizia, por ocasião das conferências em universidades e escolas: “Todo povo, que não lê um jornal por dia pode ser independente, mas nunca será livre.”

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, no seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a juntada dos anexos documentos fornecidos pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC - ao Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do Poder Executivo e que visa autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel Gleba 2-4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA”.

Junte-se ao Projeto de Lei n.º 10/80

RELAÇÃO DE OCUPANTES DA GLEBA 2 - 4.ª PARTE  
COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Nº DE ORDEM	OCUPANTE	ÁREA	PROFISSÃO	Nº DE LOTE	RESIDE NO IMÓVEL
01	Amadeo Gonçalves de Souza	11,2367	Agricultor	01	Sim
02	Altino Machado de Oliveira Terce	92,4330	Agricultor	02	Sim
03	Joaquim Batista da Silva Couto	9,6615	Agricultor	03	Sim
04	Agostinho Álvaro Marioto	23,6094	Agricultor	04	Não
05	João Afonso Barbosa	12,4540	Agricultor	05	Sim
06	Lázaro Lourenço de Souza	17,8770	Agricultor	06	Sim
07	João Afonso Barbosa	17,8969	Agricultor	07	Não
08	Antônio Catharino	7,4493	Agricultor	08	Não
09	Honório Carlos da Silva	27,5446	Agricultor	09	Sim
10	Noé Geraldo Pinto	14,3010	Agricultor	10	Sim
11	Arlindo Sutil	54,3286	Agricultor	11	Sim
12	Mauro Filgueira Mendes	21,2057	Médico	12	Não
13	Josefa de Almeida	5,5324	do Lar	13	Não
14	Alfredo Pereira Ferraz	19,4101	Comerciante	14	Não
15	José Silvano de Assis	18,8623	Corretor	15	Não
16	Paulo José Bernardo	65,9752	Agricultor	16	Não
17	Hosana Pinheiro de Melo	22,7512	Agricultor	17	Não
18	Altino Machado de Oliveira Terce	13,2501	Agricultor	18	Não
19	João Afonso Barbosa	14,3110	Agricultor	19	Não
20	Paulo Ferreira da Costa	8,4651	Professor	20	Não
21	Otávio Lourenço dos Santos	18,6575	Agricultor	21	Sim
22	João Afonso Barbosa	12,7545	Agricultor	22	Não
23	Denerval Tini	5,9032	Comerciante	23	Não
	Edson Tini		Comerciante	23	Não
24	Ângelo Alves Nogueira	12,1000	Agricultor	24	Sim
25	José Pedro Martins	12,1000		24-a	Sim
26	Izaltina Maria Proença	3,9417	do Lar	24-b	Sim
27	Antônio Salvador de Proença	12,1000	Agricultor	24-c	Sim
28	Jerônimo Lino	12,1000	Agricultor	24-d	Não
29	José Elias de Proença	8,5479	Agricultor	24-e	Não
30	Norberto Sutil	39,2401	Agricultor	25	Não
31	José Gonçalves da Silva	11,1758	Agricultor	26	Sim

N.º DE ORDEM	OCUPANTE	ÁREA	PROFISSÃO	N.º DE LOTE	RESIDE NO IMÓVEL
32	Maria do Carmo Proença dos Santos	39,8672	Do lar	27	Não
33	João dos Santos	38,5702	Agricultor	28	Sim
34	Miriam Alves Pereira Khouri	95,4675	Do lar	29	Não
35	Alfredo Khouri	96,5370	Eng.º Civil	30	Não
36	Denerval Tini e Edson Tini	9,0752	Comerciante	31	Não
37	Justino Figueiredo Alves Pereira	95,7798	Industrial	32	Não
38	José Justino Figueira Alves Pera	83,8349	Agropecuaria/Indust./Méd.	33	Não
39	João Maria de Souza	24,2545	Agricultor	34	Sim
40	Luiz Cândido Duarte de Camargo	73,0231	Comerciante	35	Não
	Maria Izabel Pinheiro de Mello			35	Não
41	Hosana Pinheiro de Mello	33,1371	Professora	36	Não
42	Jaime Pinheiro de Mello	58,1503	Agricultor	37	Não
43	Ildemar de Figueiredo Alves Pereira	34,0088	Agricultor	38	Não
44	Jaime Pinheiro de Mello	39,7283	Agricultor	39	Não
45	Jaime Pinheiro de Mello	14,1921	Agricultor	40	Não
46	Luiz Mainardes	19,4752	Agricultor	41	Sim
47	Lourenço Correa de Mello	66,7676	Agricultor	42	Não
48	Angelino Murari	49,9017	Agricultor	43	Não
49	Izordino Alves dos Santos	57,2566	Agricultor	44	Sim
50	Vicente Proença dos Santos	12,1000	Agricultor	44-A	Não
51	Manoel Gonçalves	12,1000	Agricultor	44-B	Não
52	Azevaldo Aleixo Alves	12,1000	Agricultor	44-C	Sim
53	Francisco Gonçalves	34,1055	Agricultor	45	Não
54	Hosé Carlos Haas	61,6675	Agrônomo	46	Não
55	Cláudio Pinto Ribeiro	25,3919	Agricultor	47	Não
56	José Carlos Hass	79,3000	Agrônomo	48	Não
57	Laurides Guimarães Pereira	5,5000	Do lar	49	Não
58	Laurides Guimarães Pereira	0,5000	Do lar	50	Não
59	Laurides Guimarães Pereira	33,3050	Do lar	51	Não
60	João Maria Bueno	45,6822	Agricultor	52	Sim
61	Antônio de Lara Pereira	18,0000	Agricultor	53	Sim
62	Orlando Ferreira da Costa	17,6612	Agricultor	54	Não
63	Orlando Ferreira da Costa	96,2477	Agricultor	55	Não
64	Mário Landi	69,1206	Agricultor	56	Não
	TOTAL	2.084.0649			
(Acompanha mapas descritivos da área e laudos de vistoria do I.T.C., sobre as áreas do imóvel Gleba 2 - 4ª Parte, Colônia São Jerônimo). — Junte-se ao Projeto de Lei n.º 10/80					

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 39/80, de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Recebida - Junte-se ao Projeto de Lei n.º 39/80 -- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que altera para quinze (15) o número de Vereadores, a partir de 1.º de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de Umuarama, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. ERONDY SILVÉRIO —Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 33/80, queiram levantar-se. (Pausa) 16 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 14 e 17/80.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, e de Resolução n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31/80.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 32, 33, 34 e 35/80.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80.

Levanta-se a Sessão.